



O SUPREMO CONTRA
O DIREITO



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ANTONIO JOAQUIM BASTOS DA SILVA - REITOR

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - VICE-REITORA

DIRETORA DA EDITUS

MARIA LUIZA NORA

Conselho Editorial:

Maria Luiza Nora – Presidente

Adélia Maria Carvalho de Melo Pinheiro

Antônio Roberto da Paixão Ribeiro

Dorival de Freitas

Fernando Rios do Nascimento

Jaênes Miranda Alves

Jorge Octavio Alves Moreno

Lino Arnulfo Vieira Cintra

Maria Laura Oliveira Gomes

Marcelo Schramm Mielke

Marileide Santos Oliveira

Paulo César Pontes Fraga

Raimunda Alves Moreira de Assis

Ricardo Matos Santana

CARLOS VALDER DO NASCIMENTO



O SUPREMO CONTRA O DIREITO

O Caso da Contribuição dos Inativos

Ilhéus - Bahia

2010



Editora da UESC

©2010 by CARLOS VALDER DO NASCIMENTO

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Ilhéus/Itabuna, km 16 - 45662-000 Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028 - Fax: (73) 3689-1126
<http://www.uesc.br/editora> e-mail: editus@uesc.br

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alencar Júnior

REVISÃO
Maria Luiza Nora
Aline Nascimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

N244 Nascimento, Carlos Valder.
O supremo contra o direito : o caso da contribuição dos
inativos / Carlos Valder Nascimento. - Ilhéus : Editus, 2010.
157p.
Bibliografia: p. 159-167

ISBN: 978-85-7455-187-6

1. Contribuição previdenciária – Servidor público – Brasil.
2. Previdência social – Brasil. 3. Aposentados – Contribuição previdenciária. I. Título.

CDD – 368.40981

Ficha catalográfica: Elisabete Passos dos Santos - CRB5/533

OBRAS DO AUTOR

1. **Princípios Fundamentais de Legislação Tributária.** Ilhéus: Ed. da UESC, 1983. 122 p.
2. **Princípios Fundamentais de Legislação Tributária.** 2 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984. 122 p.
3. **Imunidade Tributária.** São Paulo: Resenha Tributária, 1985. 49 p.
4. **Crédito Tributário.** Rio de Janeiro: Forense, 1986. 123 p.
5. **Dívida Ativa.** Rio de Janeiro: Forense, 1988. 141 p.
6. **Estabilidade e Disponibilidade do Servidor Celetista.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1990. 90 p. Coleção Constituição. Primeira Leitura, n. 9.
7. **Finanças Públicas e Sistema Constitucional Orçamentário.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 162 p.
8. **Curso de Direito Financeiro.** Rio de Janeiro: Forense, 1999. 234 p.

9. **Execução contra a Fazenda Pública fundada em Título Ilegítimo.** São Paulo: Oliveira Mendes, 1998. 64 p.
10. **Curso de Direito Tributário.** Rio de Janeiro: Forense, 1999.
11. **Por uma Teoria da Coisa Julgada Inconstitucional.** Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005. 211 p.
12. **Execução Contra a Fazenda Pública: sua Inversão no Pólo Processual em Razão de Erro Material.** Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2000.
13. **Teoria Geral dos Atos Cooperativos.** São Paulo: Malheiros Editores, 2007. 170 p.
14. **Coisa Julgada Inconstitucional.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2006. 479 p. (Organizado com José Augusto Delgado).
15. **Tributos Municipais.** Rio de Janeiro: Forense, 1988. 203 p.
16. **Obrigação Tributária.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1988. 107 p.
17. **Interpretação no Direito Tributário. Estudos de Direito Tributário I.** São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 1989. 100 p.
18. **Coletânea Jurídica.** São Paulo: Massao Ohno Editor, 1995. 183 p.

19. **Comentários ao Código Tributário Nacional.** 2 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. 578 p.
20. **Enciclopédia do Direito Brasileiro.** v. 1. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
21. **Enciclopédia do Direito Brasileiro.** v. 2. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
22. **Temas Jurídicos:** estudos em homenagem ao professor Francolino Gonçalves Queiroz Neto. Ilhéus – BA: Editus/UESC, 1997. 200 p.
23. **Coletânea Jurídica:** estudos em homenagem ao professor Erito Francisco Machado. Ilhéus - BA: Editus/UESC, 1999. 290 p.
24. **O Município e a Tributação:** estudos sobre Taxas Municipais. Ilhéus - BA: Editus/UESC, 2000. Cadernos de Aula.
25. **Crime de Sonegação Previdenciária:** aspectos polêmicos. São Paulo: Malheiros Editores, 2008. 174 p.
26. **Comentários à Lei de Responsabilidade Fiscal.** São Paulo: Saraiva, 2001.
27. **A Imunidade Tributária das Entidades Fechadas e Previdência Privada.** São Paulo: Resenha Tributária - ABRAPP, 1985. 321 p.
28. **Direito Tributário Atual.** v. 4. São Paulo: Ed. Resenha Tributária – IBDT - USP, 1984. 330 p.

29. Imunidades Tributárias. In: **Pesquisas Tributárias**. São Paulo: Revista dos Tribunais - CEU, 1998. p. 142. 729 p.
30. **Comentários ao Código Tributário Nacional**. v. 1. São Paulo: Saraiva, 1998. 527 p. (MARTINS, Ives Gandra da Silva, Coord.).
31. Elisão e Evasão Fiscal. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (coord.). **Caderno de Pesquisas Tributárias**. São Paulo: Resenha Tributária - CEEU, v. 13, 1988, p. 361-391.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	
1.1 Enquadramento normativo e a posição da Supremo Corte	31
1.1.1 Emenda 41/03, A Medida Provisória 167/04 E A Lei 10.887/04	31
1.1.2 Decisão do STF no bojo de ADIN 3105-8-DF	35
2 CRÍTICA A DECISÃO DO STF ACERCA DA QUESTÃO FISCAL	
2.1 Poder de império em matéria tributária	41
2.1.1 Competência em matéria fiscal.....	41
2.1.2 Poder de império não se confunde com poder arbitrário.....	45
2.2 Imunidade tributaria absoluta	52
2.2.1 Pretensão de tributar o inativo	54
2.2.2 Falta de previsão constitucional	58
2.2.3 Tributar também é educar o pagador e o receptor	63
3 BENEFICIÁRIO NÃO É CONTRIBUINTE	
3.1 O desfazimento do <i>status quo</i> ante o inativo: emenda e tributação	67
3.1.1 A emenda como espécie do processo legislativo	67
3.1.2 Ética da tributação e formalidade	71
3.2 Regime previdenciário: contribuinte e beneficiário	76
4 REFORMA CONSTITUCIONAL E SUBVERSÃO DO PROCESSO LEGISLATIVO	
4.1 Subversão do processo legislativo	81

4.2	Direitos fundamentais e vinculação do legislador	88
4.3	Reforma constitucional: imunidade parlamentar & impunidade	92
4.4	Exacerbação do Estado Legislador	94
5 RESPONSABILIDADE DO ESTADO LEGISLADOR		
5.1	Surto expansionista do Estado Intervencionista	99
5.2	Grave violação ao princípio constitucional da moralidade	103
5.3	Legislação construtiva e o risco do dano ..	109
5.4	Responsabilidade objetiva do Estado	111
5.5	Teoria do risco administrativo	113
6 NULIDADE DO ATO LEGISLATIVO FRAUDULENTO		
6.1	O equilíbrio da democracia depende da minoria representativa.....	121
6.2	Ilegitimidade do procedimento adotado pelo legislativo	127
6.2.1	Reforma da previdência e saques milionários	127
6.2.2	O parlamento não comporta a república da compra de votos	131
6.3	Nulidade absoluta de ato legislativo fraudulento	134
6.4	Controle do ato legislativo fraudulento....	138
CONCLUSÕES		145
REFERÊNCIAS		149